



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 39 • 28/10 a 03/11/07 • ISSN1809-6182

Análise

25/10/2007 – PKK retoma ataques frente à ameaça de intervenção turca ...p.01

Após anos de conflito entre o PKK e o exército turco, uma possível intervenção turca no Curdistão se apresenta como possibilidade.

Resenhas

26/10/2007 – FMI alerta para efeitos de mudanças climáticas.....p.07

O Fundo Monetário Internacional divulgou, em seu relatório semestral Panorama Econômico Mundial, de outubro de 2007, possíveis efeitos econômicos causados pelas mudanças climáticas.

07/11/2007 – A visita de Dalai Lama aos Estados Unidosp.10

O presidente estadunidense, George W. Bush, recebeu o líder espiritual tibetano, Dalai Lama, na Casa Branca, mesmo com pedidos de cancelamento por parte do governo chinês.

PKK retoma ataques frente à ameaça de intervenção turca

Análise
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
25 de outubro de 2007

Após anos de conflito entre o PKK e o exército turco, uma possível intervenção turca no Curdistão se apresenta como possibilidade.

Em 21 de outubro de 2007, os principais telejornais reportaram um ataque feito pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Partiya Karkeren Kurdistan* - PKK) a tropas turcas. Esse ataque foi o maior já registrado na história do PKK, causando a morte de 17 soldados e 32 guerrilheiros. O ataque, porém, não aconteceu como um evento singular, mas faz parte de uma série de outros em uma escalada¹ de violência que ocorre desde 2004.

Além das mortes dos dois lados, o ataque dos guerrilheiros pode causar sérias consequências políticas. Desde 17 de outubro de 2007, o parlamento turco aprovou uma lei, com duração de um ano, que consentia uma intervenção turca no norte do Iraque contra o PKK, considerado um grupo terrorista. O recente ataque pode implicar em uma grande aceleração dessa operação, mesmo que ela sendo repudiada pelo governo Iraquiano e pelos Estados Unidos da América (EUA), que ocupam o Iraque desde 2003.

Curdistão

O Curdistão estaria localizado na região montanhosa entre cinco países do Oriente Médio: englobaria partes do norte do Iraque, noroeste do Irã, nordeste da Síria, leste da Turquia (alcançando o norte do Eufrates) com bolsões dentro do país, vizinhos à capital Ancara². Entretanto, essa delimitação não tem reconhecimento formal no sistema internacional, se limitando à área reivindicada pelos curdos, por representarem a maioria da população local.

Essa disposição se dá exatamente pela dispersão da população Curda, que nessas localidades, se divide em aproximadamente 13 milhões na Turquia, 6,5 milhões no Irã, 4,5 milhões no Iraque, 1 milhão na Síria, 100 mil no Líbano e 700 mil em outras partes do mundo.

Com uma origem histórica bem definida, os Curdos são uma etnia cristalizada com aspirações nacionalistas que, porém, nunca chegaram a um nível estatal. Islamizados no século VII, mantiveram por séculos uma organização tribal através da passagem da cultura curda pela língua comum. Participantes influentes da história regional durante todo esse tempo, a possibilidade de nacionalização aparece

¹ O conceito de escalada se refere ao processo de agravamento da violência no conflito entre duas partes. A escalada do conflito faz com que fique mais difícil para as partes envolvidas entrarem em acordo, chegando, assim, a algum tipo de paz.

² Le Monde Diplomatique

para os curdos após a Primeira Guerra Mundial com o tratado de Sevrès³ de 1920. A Liga das Nações decidiu que o Curdistão seria parte do Iraque, que por sua vez seria um mandato do Reino Unido por 25 anos, de maneira a garantir a autonomia da população curda.

Porém, com a Revolução Kemalista⁴ na Turquia (1921-1923), o tratado foi considerado letra morta, dando fim ao progresso da questão curda até a Segunda Guerra Mundial, quando a participação de partidos políticos curdos conseguiu criar um movimento mais forte. Esse movimento, contudo, possuía suas próprias contradições, como sobre as ideologias (nacionalistas, democráticas, comunistas) e sobre a forma de opção política (independência, autonomia).

Apenas em 1970, o Partido Democrático do Curdistão (KDP), liderado por Mustafá Barzani, consegue um acordo com o governo de Bagdá que não é cumprido, o que leva a conflitos entre as duas partes. Esse fator implicou numa série de disputas territoriais entre curdos e o governo iraquiano, com a participação pontual do governo iraniano.

Entre esses episódios está o ataque com armas químicas aos curdos, realizado por Saddam Hussein (1988), e a revolta dos curdos contra o governante durante a Primeira Guerra do Golfo (1991). Esse episódio em particular, mais especificamente a repressão do governo iraquiano ao levante curdo, fez com que milhares de pessoas se dirigissem às montanhas no norte do país. Considerando a situação como uma crise

humanitária, uma zona de no-fly⁵ é estabelecida no paralelo 36 pelos governos do EUA, França e Inglaterra, fazendo com que parte dos refugiados retornassem a seu local de origem.

Em seguida, o governo iraquiano impõe um bloqueio interno à região do Curdistão e retira suas tropas, criando a possibilidade para a organização política curda em um território relativamente definido. Assim, em 1992, uma aliança de partidos políticos, a *Front* do Curdistão Iraquiano⁶ promove eleições parlamentares e presidenciais estabelecendo o Governo Regional do Curdistão (KRG – sigla em inglês).

O governo da região seria dividido entre dois partidos, o Partido Democrático do Curdistão (KDP – sigla em inglês) e a União Patriótica do Curdistão (PUK – sigla em inglês). Entretanto, essa configuração gerou uma guerra civil de 1994 a 1998, que terminou com a união das duas facções em 2006.

Desde sua fundação, o Governo Regional do Curdistão esteve dividido não apenas entre os dois principais partidos políticos, mas também entre outras forças segmentarias. As diferenças de linha ideológica e, talvez mais importante, as seculares disputas entre clãs, que datam dos primórdios da sociedade curda, criam dificuldades para a manutenção de uma entidade política sólida.

Além dessas forças políticas, existem ainda os grupos armados que têm sua própria ideologia na busca pelo Estado Curdo, ou sua autonomia dentro do Iraque. Formados pelos guerrilheiros *peshmerga*, em curdo, “aquele que está pronto para morrer”, esses grupos agem muitas vezes paralelamente à ideologia do Governo Regional, incapaz de controlá-

³ O tratado determinava a extinção do Império Otomano, que o despia de suas posses no Oriente Próximo e na Europa, além de considerar os estreitos de Bósforo e Dardanelos como zonas desmilitarizadas.

⁴ Refere-se à revolução militar que presidiu o processo ocidentalização da Turquia, feito pelo general Kemal Atatürk de 1919 a 1923, que transformou o país da primeira república do mundo islâmico.

⁵ Esse termo se refere a uma espécie de zona desmilitarizada no céu. O intuito da zona seria o de impedir que aviões iraquianos pudessem bombardear o Curdistão.

⁶ *The Iraqi Kurdistan Front*

los. Tanto homens quanto mulheres atuam nessas tropas, e até mesmo os partidos políticos, KDP e PUK, tem suas respectivas forças.

Existe uma cobrança internacional para que o Governo Regional controle esses grupos, de maneira que ele possa se estabelecer como uma força política regional estável. No entanto, não existe um aparato coercitivo que seja suficiente para reger a ação desses grupos. Entre os grupos, o mais influente e abrangente é o PKK.

PKK

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi fundado por Abdullah Ocalan, seguindo linhas do marxismo-leninismo e com um forte sentimento de nacionalismo Curdo, a partir de organizações estudantis de esquerda da Turquia. O objetivo do PKK tem sido, majoritariamente, o de criar um Estado curdo independente, no território que seria reconhecido como Curdistão. Como grande parte da população curda se encontra em território turco, o principal “alvo” da organização é o sudeste da Turquia.

Descendente do Exército de Libertação Popular da Turquia (TPLA - sigla em inglês), o PKK nasce como uma organização de cunho marxista que pretendia realizar uma revolução camponesa. Abdullah Ocalan viu que a questão curda não tinha a atenção necessária, mesmo que grande parte dos membros do TPLA fosse curda, e dirigiu seus esforços para dar maior ênfase à criação do Curdistão independente. Estudioso das atividades revolucionárias e de organização partidária, Ocalan fundou oficialmente, porém ilegalmente, em 1978 o PKK na cidade de Diyarbakir. Sua estratégia seria a de realizar uma revolução comunista, por meio de guerrilha, para estabelecer um Estado curdo.

Inicialmente sem fontes de financiamento, o grupo realizou pequenos roubos e

tráfico de drogas. Com uma estratégia claramente estabelecida⁷, o PKK necessitava ainda de financiamento, tropas e treinamento para atingir o objetivo final de se desenvolver em uma verdadeira força militar.

Com o golpe militar na Turquia em 1980, o PKK se refugiou no Vale Beka, a 30 km de Beirute, no Líbano. O golpe forneceu a energia política que o PKK precisava e, inicialmente, os militantes do grupo treinaram com palestinos, para mais tarde lutar com eles contra a invasão israelense do Líbano, em 1982.

No mesmo ano com o financiamento de empresários curdos residentes na Líbia, o treinamento na Síria e a experiência de combate com os palestinos, o PKK estava pronto para se projetar como desejava.

Contudo, outras mudanças ainda foram necessárias, como a busca do apoio regional para missões e a criação de organizações paralelas de recrutamento, sendo todas elas regidas pelo planejamento de Ocalan.

Divisões dentro da comunidade curda ocorreram em decorrência da politização da comunidade. Essa estratégia foi exercida não apenas pela propaganda do PKK, mas pelo Estado turco que criou os “guardas de vila”, recrutando, com bons salários, membros entre curdos que apoiavam o Estado. A politização foi eficiente para o governo turco, que criou dissensões dentro da comunidade, gerando as bases para o conflito entre curdos. O próprio Ocalan realizava ataques a vilas curdas rotuladas de apoiadoras do Estado.

Essa situação seguiu até 1990, quando a população já havia percebido que a existência do PKK era o menor dos males. O apoio tácito foi então imposto, já que

⁷ O ‘terror revolucionário’ de Ocalan, é baseado em três fatores: a realização de propaganda militar, a criação de um exército de guerrilha e o desenvolvimento desse exército em uma força militar efetiva.

camponeses comuns não eram considerados alvos, enquanto os “guardas de vila” sofriam ataques violentos.

Com o “apoio” popular, o PKK fez uma decisiva mudança de estratégia. Até esse ponto, a atividade do grupo se mantinha no nível de propaganda militar, mas as condições eram favoráveis para a criação de uma identidade política. O islamismo também passou a ser considerado como um fator importante para a obtenção de apoio popular, o que despiu o PKK de parte de suas raízes marxista-leninistas. Isso aproximou o PKK de outros grupos radicais islâmicos, assim como da República Islâmica do Irã, do Aiatolah Khomeini.

A partir de 1990, a nova estratégia do grupo, agora denominado partido, utilizava elementos reconhecidos pela diplomacia internacional, como acusações de abuso dos direitos humanos pelo governo turco. Além disso, o PKK se aproveitava da falta de organização das lideranças turcas, que subestimavam a atuação do partido, e o vácuo de poder no norte do Iraque gerado pela Primeira Guerra do Golfo.

Desde 1994, o partido vinha pedindo um cessar-fogo ao governo turco, provavelmente em decorrência de sua nova estratégia política, que intensificou a utilização de ferramentas diplomáticas. Uma delas foi a criação de uma “Declaração de Intenção” que seguia as normas internacionais humanitárias, de direitos humanos e regras de guerra, que entravam em acordo com a Convenção de Genebra e seus protocolos adicionais.

O funcionamento do PKK passou então a ter uma estrutura institucionalizada e altamente burocratizada. A organização se baseia em um presidente, Abdullah Ocalan, um Conselho da Presidência, um Comitê Central e um Quadro Central Disciplinar.

O Conselho da Presidência auxilia o presidente no controle de atividades militares, políticas e ideológicas do

partido.

O órgão executivo do partido é o Comitê Central do qual provém a principal fonte de poder do partido. O Comitê elege os membros do Conselho da Presidência para um período de quatro anos, exerce o maior nível de liderança tática e controla todos os outros partidos e comitês associados.

O Quadro disciplinar inspeciona abusos dentro do partido sendo diretamente ligado ao presidente, além de informar ao Comitê Central sobre qualquer atividade irregular.

Desde 1999, a situação do PKK se alterou com a prisão de Abdullah Ocalan. O partido tomou um viés ainda mais diplomático, pelo menos em sua forma política. Entretanto, as milícias ligadas ao partido se recusam a deixar as armas continuando com os processos de recrutamento e treinamento de *peshmergas* e mantendo os acampamentos na fronteira com a Turquia. Essas atitudes denigrem a posição legal que o PKK procura atingir, dando razão à manutenção do *status* de terrorista atribuído pela Turquia, EUA e a União Européia.

Reescalada do conflito

Em 2004, o PKK voltou a atacar posições militares turcas, provocando uma reescalada abrupta no conflito com o país. No dia 17 de outubro de 2007, baseando-se nesses e em ataques anteriores, o parlamento turco aprovou uma lei, com duração de um ano, que permitiria aos militares realizarem uma intervenção no norte do Iraque.

O ataque do PKK no dia 21 de outubro de 2007 seria uma continuação da escalada que ocorre desde 2004, porém, sua maior intensidade seria em decorrência da aprovação da lei na Turquia. Entretanto, outros motivos podem ser encontrados para que o PKK tenha retomado a violência apesar dos pedidos do Presidente Ocalan.

Desde a intervenção estadunidense no

Iraque, as oportunidades para o PKK têm crescido. O Governo Regional do Curdistão se tornou um forte aliado dos EUA, sendo responsável por manter a paz no norte do país. Além disso, as controvérsias sobre a manutenção de tropas estadunidenses no Iraque, e a situação política delicada entre Turquia e EUA favorecem os curdos.

Primeiramente, a retirada das tropas de coalizão do Iraque, criaria um vácuo de poder naquele país, colocando o Governo Regional em uma posição crucial para manter a estabilidade, ao menos na região.

Outro fator favorável seria a proposta de lei nos EUA sobre o reconhecimento federal do genocídio armênio da Primeira Guerra Mundial. Mais de vinte países reconhecem o genocídio como real e declaram o Império Otomano como o culpado. Alguns estados dentro dos EUA também o fazem, mas não existe o reconhecimento federal. Quando a lei foi proposta, a Turquia, como membro da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ameaçou retirar seu apoio aos EUA no caso de aprovação, o que poderia danificar enormemente a posição estadunidense no Iraque.

A questão proeminente é, portanto, a da possibilidade de uma intervenção turca no norte do Iraque, onde se localizam as bases do PKK para os ataques à Turquia. Repudiada firmemente pelo governo iraquiano, presidido por Jalal Talabani, um curdo, e pelo governo estadunidense essa possibilidade ainda se mantém.

Mesmo antes do ataque do dia 21 de outubro, o presidente da Turquia, Tayyip Endorgan, tem sofrido pressões do setor militar do país que é muito influente na política. Além disso, a opinião popular se coloca a favor de uma ação militar turca, mesmo que ela ocorra sem o apoio do governo estadunidense.

Essa falta de apoio decorre de dois fatores principais. O primeiro seria a já citada possibilidade de os EUA perderem o apoio do Governo Regional curdo, o que

poderia causar a desestabilização da região. Além disso, há uma grande dificuldade em encontrar e neutralizar as forças do PKK na inóspita região montanhosa, inacessível para alguns tipos de veículo. Esse, na verdade, é um dos principais motivos apresentados pelo governo iraquiano que afirmou, que já foram realizadas outras tentativas de eliminar os mais de 3 mil guerrilheiros do PKK, todas sem sucesso.

A situação gerou um tenso impasse: as forças do governo iraquiano são impossibilitadas de atuar no Curdistão, já que a responsabilidade da segurança da região é dos *peshmerga*, por sua vez, divididos entre os partidos do Governo Regional curdo. O próprio Governo Regional, não tem os recursos suficientes para eliminar a ação das milícias independentes ou do PKK, além de não se ver na obrigação de defender os interesses turcos em solo iraquiano.

Além disso, os EUA não podem perder o apoio curdo na única região estável desde 2003, para aprovarem a intervenção turca, ao mesmo tempo em que não seria viável perder o apoio turco como aliado na OTAN. Entretanto, permitir que existam organizações que cometem atos terroristas partindo do território iraquiano entraria em contradição com a política dos EUA no Iraque.

Finalmente, o governo turco não pode prolongar muito sua espera, em decorrência da desconfiança que o setor militar tem sobre o governo do presidente Endorgan [Ver também: [Presidente da Turquia acusado de ameaça à secularização](#)], a pressão pública a favor da intervenção e os próprios ataques do PKK que, além das baixas militares e civis, causam danos à economia e a estrutura do país.

Possivelmente, os EUA irão ceder e oferecer algum apoio aos turcos, provavelmente de caráter logístico e de inteligência, porém buscando sempre algum tipo de consentimento do Governo

Regional, procurando desligá-lo de qualquer laço com o PKK. Outras estratégias para dissuadir os turcos também têm sido realizadas, como a venda, com grandes descontos, de material bélico.

O PKK continuará sendo considerado como uma organização terrorista, a não ser que todos os membros ligados a ele deponham as armas e concordem com a alternativa diplomática. No entanto, essa possibilidade também parece distante, principalmente com o exército turco as portas do Curdistão.

A possibilidade de uma intervenção turca é real e, já há algum tempo, existem algumas unidades presentes na região, com o consentimento do Governo Regional. Mais de 100 mil soldados turcos, juntamente com baterias de artilharia e outras peças de apoio, foram deslocados para a fronteira com o Iraque. Além disso, vôos de reconhecimento já foram realizados, mas não se sabe a que distância os aviões penetraram no espaço aéreo iraquiano. No dia 25 de outubro de 2007, a Turquia afirmou que a decisão de intervir ou não no norte do Iraque é uma escolha soberana, que não deverá ser afetada por influência dos EUA, ou de qualquer outro Estado.

<http://www.turkiye.net>

Governo Regional Curdo

<http://www.krg.org/>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk>

Jornal turco *Hakimimiyeti Milliye* (notícia em inglês)

<http://www.hakimiyetimilliye.org/index.php?news=1744>

Ver também:

19-09-2007: [Presidente da Turquia acusado de ameaça à secularização.](#)

Referência

Livros:

Confliti e aree di crisi nel mondo (2006) Ed. Istituto Geografico De Agostini, 208 p.

Sites:

International Institute for Counter-Terrorism

<http://www.ict.org.il/>

Encyclopaedia of the Orient

<http://lexicorient.com/e.o/>

Turkiye Net (em turco)

FMI alerta para efeitos de mudanças climáticas

Resenha
Economia & Comércio

Celeste Cristina Machado Badaró
26 de outubro de 2007

O Fundo Monetário Internacional divulgou, em seu relatório semestral *Panorama Econômico Mundial*, de outubro de 2007, possíveis efeitos econômicos causados pelas mudanças climáticas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, em outubro de 2007, um relatório alertando para as consequências econômicas de um possível aumento de temperatura global.

A cada seis meses, o FMI publica um relatório denominado “Panorama Econômico Mundial” (*World Economic Outlook*), reportando a situação da economia mundial e as projeções que o Fundo faz para o futuro. Os relatórios emitidos pelo FMI são usados por formuladores de políticas e por investidores internacionais ao tomarem decisões econômicas.

No relatório de outubro de 2007, a instituição prevê um crescimento de 5,2% da economia mundial para o ano de 2007 e de 4,8% em 2008. Essa expectativa é menor do que a do relatório anterior, divulgado em abril de 2007, que afirmava que o crescimento da economia mundial seria de 5,2% em 2008. As expectativas do FMI foram corrigidas para baixo devido aos efeitos da crise imobiliária financeira estadunidense, que abalou o mercado financeiro em julho de 2007 [ver também: [A crise imobiliária estadunidense](#)].

Além das estatísticas sobre crescimento econômico que sempre constam do Panorama Econômico Mundial, o documento de outubro de 2007 inovou ao fazer projeções baseadas em efeitos ambientais. O relatório contém um

apêndice, intitulado “Mudança climática: impacto econômico e respostas políticas”, fazendo projeções sobre os efeitos que um possível aquecimento da Terra pode causar na economia.

O apêndice usa dados do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU). Tanto o IPCC quanto a temática do aquecimento global estão no centro da agenda de discussões internacional, como pode ser percebido pelo laureamento do IPCC com o Prêmio Nobel da Paz, em outubro de 2007 [ver também: [Al Gore e IPCC ganham Prêmio Nobel da Paz](#)].

O FMI prevê que um aumento da temperatura média da Terra, como prediz o IPCC caso as emissões de gases causadores do efeito estufa se mantenham nos níveis atuais, irá causar diversas consequências na economia mundial. Uma delas é alterar a produção total e a produtividade de todos os países, principalmente aqueles que dependem de agricultura, pesca e turismo [ver também: [Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climática](#)].

Segundo o relatório, um aumento moderado da temperatura, entre 1 e 3 °C, iria prejudicar alguns países e beneficiar outros. As regiões tropicais iriam ter uma diminuição da produtividade agrícola, enquanto regiões de clima mais frio iriam

auferir ganhos de produtividade. Com isso, o aquecimento global pode aumentar a desigualdade entre os países. Em geral, as economias localizadas na zona tropical são menos desenvolvidas, enquanto as economias desenvolvidas estão localizadas em regiões de clima mais frio.

Outro problema derivado da diminuição da produção agrícola seria um movimento migratório acelerado, que poderia deixar as economias das áreas emigratórias desarticuladas. A diminuição da população poderia gerar dificuldades fiscais para esses governos, já que sua arrecadação tributária diminuiria.

Os países costeiros seriam os maiores afetados. De acordo com o FMI, um aumento de 1 metro no nível dos oceanos iria diminuir em 10% o Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países, como Bangladesh, Egito, Mauritânia e Vietnã. Outro fator preocupante é a urbanização de regiões costeiras: doze das dezesseis megacidades (cidades com mais de dez milhões de habitantes) do mundo estão no litoral.

O aumento de desastres naturais, como secas, enchentes e furacões, também terão impacto sobre a economia. Estima-se que, entre 1950 e 2005, as perdas causadas por desastres naturais aumentaram 6% ao ano. Se essa tendência continuar, os gastos serão de 800 bilhões de dólar em 2040, podendo chegar a um trilhão de dólares¹. No entanto, ainda não foi comprovado se esse aumento de eventos climáticos extremos está relacionado à atividade humana.

A diminuição da atividade econômica também traria problemas de balanço de pagamentos aos países afetados. As economias agroexportadoras teriam uma diminuição de suas exportações devido à queda da produtividade agrícola, levando dificuldades em manter superávit na balança comercial.

Por fim, há também os custos na pesquisa por tecnologias menos poluidoras e adaptação a novas fontes de energia. Apesar de serem necessários, esses gastos representam um custo que muitos países têm dificuldade em arcar.

O Panorama Econômico Mundial tenta quantificar o efeito do aquecimento sobre o PIB mundial. Vários estudos econométricos são apresentados, tentando estimar o efeito sobre a economia mundial de um aumento de 6°C na temperatura da Terra (segundo o IPCC, esse aumento é possível, mas pouco provável, até 2100). Como cada estudo usou variáveis distintas, cada um chegou a um resultado, alguns afirmaram que não haveria efeito algum e outros de que ocorreria uma diminuição de 10% no PIB mundial.

É preciso sempre ter cautela ao se fazer projeções econômicas para o futuro, já que os resultados podem ser afetados por uma grande variedade de eventos não-previstos. No entanto, a possibilidade de diminuição de 10% da atividade econômica devido a mudanças climáticas é alarmante o suficiente para colocar o tema em destaque.

O FMI divide as políticas de resposta às mudanças climáticas em dois tipos: de adaptação do comportamento e de diminuição do efeito que já foi causado.

As políticas de adaptação seriam aquelas para tentar estabilizar ou diminuir as atuais emissões. De acordo com um estudo citado pelo Panorama, a continuidade da atual tendência de emissão de gases estufa tem o potencial de diminuir o consumo *per capita* de 5 a 14%. Já os custos de uma política para estabilização das emissões *per capita* iria diminuir o consumo por pessoa em 1%.

No entanto, as principais políticas devem ser de diminuição do efeito causado. Isso porque o aumento da temperatura é causado pelo estoque acumulado de gases na atmosfera, não pelo fluxo de novas emissões. Segundo o FMI, o ideal seria uma ação articulada entre todos os países

¹ A título de comparação, o PIB do Brasil em 2006 foi de cerca de US\$ 1 trilhão.

do mundo, mas isso é de difícil execução, como se pode notar pela dificuldade enfrentada para se colocar o Protocolo de Quioto em efeito.

Segundo o relatório, as dificuldades advêm do incentivo que cada país tem de agir como “carona”, sendo beneficiado pela diminuição da concentração de gases estufa mas não arcando com os custos da diminuição.

Uma das soluções apresentadas pelo FMI é o uso de biocombustíveis. Em outra seção do Panorama Econômico Mundial, são apresentadas as vantagens da substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis de origem vegetal.

O relatório afirma que os combustíveis menos poluentes são o etanol produzido através da cana-de-açúcar, especialmente, no Brasil e o biodiesel produzido na Malásia e na Índia. Como os combustíveis produzidos nesses países oferecem mais benefícios ambientais, de acordo com o FMI, do que aqueles produzidos na União Européia e nos Estados Unidos, estes deveriam parar de proteger seus produtores e abrir seu mercado para a importação de biocombustíveis.

Segundo o FMI, essa abertura diminuiria as chances de que a produção de combustíveis de origem vegetal atrapalhe a oferta de alimentos. No entanto, o próprio relatório admite que uma abertura desse tipo seria politicamente inviável num futuro próximo.

Os dados divulgados pelo FMI devem ser vistos com cautela. Em primeiro lugar, ainda não se foi comprovado se o atual aumento da temperatura da Terra é parte de uma mudança natural ou se é causado pela atividade humana. Além disso, projeções econômicas raramente tornam-se realidade integralmente.

A projeção do crescimento do PIB para o ano seguinte teve de ser revisada pelo FMI devido ao imprevisto da crise imobiliária estadunidense. Projeções para dez, vinte, ou até cem anos, como as feitas pelo

Panorama Econômico Mundial, podem ser afetadas por ainda mais variáveis e dificilmente se tornarão realidade.

Ainda assim, o alerta feito pelo relatório é importante, principalmente, porque os governos frequentemente levam as projeções feitas pelo FMI em conta na formulação de políticas.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Fundo Monetário Internacional

<http://www.imf.org>

Ver também:

31/10/2007 - [Al Gore e IPCC ganham Prêmio Nobel da Paz](#)

25/09/2007 - [A crise imobiliária estadunidense](#)

09/04/2007 - [Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas](#)

05/04/2007 - [Refugiados Ambientais: uma categoria das mudanças climáticas](#)

A visita de Dalai Lama aos Estados Unidos

Resenha
Integração Regional

Marina Robspierre
07 de novembro de 2007

O presidente estadunidense, George W. Bush, recebeu o líder espiritual tibetano, Dalai Lama, na Casa Branca, mesmo com pedidos de cancelamento por parte do governo chinês.

Dalai Lama, líder espiritual e político tibetano¹, se encontrou, no dia 16 de outubro, com o presidente estadunidense, George W. Bush. A reunião foi centrada na Casa Branca, em Washington e teve grande envolvimento da oposição chinesa. A data escolhida para o acontecimento foi a véspera do recebimento da Medalha de ouro, oferecida ao Dalai Lama, pelo Prêmio Nobel da Paz, no Congresso dos Estados Unidos da América (EUA).

Esse foi o primeiro encontro político público entre um presidente dos EUA e o líder espiritual. Após a conversa, George W. Bush pediu aos líderes chineses que iniciassem negociações com o líder tibetano no exílio.

Dalai Lama se encontra atualmente na Índia, em função da luta que os tibetanos foram derrotados² pelos chineses, em 1959. Apesar do esforço do presidente Bush, diplomatas chineses rejeitaram a sugestão, expondo que os objetivos do tibetano seriam exclusivamente separatistas. O

porta-voz chinês, Lui Jianchao, disse que "Dalai Lama nunca deixou de manipular os tibetanos, no exterior, para seus objetivos separatistas.". A China, por ter essa visão do líder exilado e por esse sempre questionar a independência tibetana, Pequim não tem diálogo com Dalai Lama desde o ano de 1993.

Apesar dessa distância entre Dalai Lama e os governantes chineses durante tanto tempo, pode ser que haja novos contatos. Contatos esses que poderão ser executados, pois o presidente do governo regional do Tibet, Leg Qog, disse que Dalai Lama seria bem vindo à China sob algumas condições. "Ele deve ser patriótico, ele deve vir como um cidadão chinês e ele não pode fazer nada que vá atacar o Estado chinês.". Essas circunstâncias já tinham sido impostas há algum tempo, mas atualmente parecem ser mais negociáveis pela abertura que tem sido dado pelos governantes.

O recebimento do prêmio deixou políticos chineses muito insatisfeitos, pois houve um pedido anterior à sua visita, por parte dos chineses, para que a visita e a entrega da honraria não ocorressem. O membro da embaixada chinesa em Washington, Wang Baodong, disse que a China se opôs à iniciativa de George W. Bush, pois ele havia "ignorado" o pedido de cancelamento do encontro. A insatisfação é tamanha que, na semana passada, a China não compareceu a uma reunião, a qual grandes potências discutiram a

¹ Tenzin Gyatso, é o nome do representante da 14ª santidade do Dalai Lama. Há uma educação de 6 anos e o reconhecimento ocorreu por ter sido considerado a reencarnação de seu predecessor, **Thubten Gyatso**.

² Houve uma Guerra, no ano de 1959, para que Tibet se tornasse independente, mas a China venceu a batalha e anexou a região ao seu território. Por esse motivo, hoje Dalai Lama vive exilado na Índia

questão do Irã, em protesto à homenagem feita a Dalai Lama.

A diretora do Programa de Estudos Tibetanos Contemporâneos da Universidade da Virgínia, Tashi Rabgey, enfatiza que “este encontro demonstra a importância que os acontecimentos no Tibet têm para os EUA.”. Para ela, a decisão de George W. Bush de encontrar Dalai Lama busca “reforçar o comprometimento” da administração estadunidense atual com a questão tibetana. “Anteriormente, esse compromisso era mais ambíguo. Agora acho que a intenção [de Bush] é deixar explícito que há interesse do governo dos EUA no Tibet.”, disse a diretora Rabgey. Para ela, toda essa rejeição contra a visita de Dalai Lama aos EUA se deu em função da desestabilidade que a China vive internamente. Essa incerteza foi gerada, pois o Partido Comunista Chinês realiza um importante congresso para fazer modificações na política do país, pois poderá haver uma divisão perceptível entre os grupos populista e elitista (do atual primeiro ministro, Wen Jiabao).

Apesar de todas as críticas, o líder espiritual não objetiva mais a independência do Tibet, mas sim uma maior autonomia em relação a Pequim, o qual dependeria de assessoria da capital chinesa apenas para situações de segurança e defesa, assim como questões diplomáticas.

Para muitos esta é uma situação diplomática bastante delicada, pois Bush precisa da China na administração de questões nucleares na Coréia do Norte e no Irã. O Tibet, no entanto, se encontra numa situação política conturbada caracterizada pela suposta infração de direitos humanos. Assim, se torna difícil a posição tomada pelos EUA, pois as duas regiões são importantes para sua política externa.

Referência

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

O Estado de São Paulo Digital

<http://www.estadao.com.br>

Reuters Brasil

<http://br.today.reuters.com>

Guardian Unlimited

<http://www.guardian.co.uk>

Ver Também:

15-09-2005: China - Sistema Político Vigente

26-10-2007: 17º Congresso do Partido Comunista Chinês

Conjuntura**Internacional**

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>